



## ANEXO I REQUERIMENTO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE

À SEPLAN

Eu, \_\_\_\_\_, portador (a) do RG n° \_\_\_\_\_ e CPF / CNPJ, n° \_\_\_\_\_, nesta ocasião representado (a) por \_\_\_\_\_ (se for o caso), portador (a) do RG n° \_\_\_\_\_ e CPF / CNPJ, n° \_\_\_\_\_, venho por meio deste **DECLARAR INTERESSE** na Transferência do Potencial Construtivo nos termos da Lei Complementar n° 393/15 e demais legislações pertinentes.

### 1) IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Imóvel de propriedade de \_\_\_\_\_, (*inserir dados de identificação do (s) proprietário (s)*) descrito na matrícula n° \_\_\_\_\_ do Cartório de Registro de Imóveis de Passo Fundo, com área de \_\_\_\_\_ m<sup>2</sup>, inscrito no cadastro municipal sob SQL/INCRA n° \_\_\_\_\_, nesta cidade, com frente para a rua \_\_\_\_\_, número \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_.

### 2) MOTIVAÇÃO DO PEDIDO (informar a finalidade do pedido de Transferência do Potencial Construtivo)

**PRESERVAÇÃO DE IMÓVEIS TOMBADOS** como patrimônio cultural, histórico e arquitetônico; Imóvel denominado “\_\_\_\_\_”, tombado definitivamente de acordo com o Decreto n° \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

**INDENIZAÇÃO** mediante desapropriação amigável de imóvel declarado de utilidade pública; Imóvel, declarado de utilidade pública de acordo com o Decreto n° \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, desapropriado para a seguinte finalidade \_\_\_\_\_.

**DOAÇÃO** de imóvel privado, sendo a intenção de doação para a seguinte finalidade \_\_\_\_\_, conforme estabelecido no artigo 3° da Lei Complementar n° 393/15.

**PRESERVAÇÃO AMBIENTAL** em imóvel privado **sem doação**;

**Nesta oportunidade, declaro estar ciente de que o DEFERIMENTO desta proposta estará sujeita a avaliação da oportunidade e conveniência, sob primazia do interesse público.**

Passo Fundo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do requerente

#### DOCUMENTOS A SEREM ANEXADOS

- se pessoa física, cópia do RG e CPF de **TODOS** os proprietários;
- se casados, cópia da certidão de casamento atualizada ou de óbito, se for o caso;
- se condomínio edilício, aprovação unânime dos coproprietários, nos termos da Lei específica;
- se pessoa jurídica, CNPJ, estatuto social e ata de eleição da atual diretoria, para sociedades em ações e entidades sem fins lucrativos, ou contrato social acompanhado de sua última alteração ou consolidação, para as demais sociedades, com últimas alterações em que conste a indicação dos respectivos representantes legais legitimados;
- em caso de procurador, procuração firmada por **TODOS** os proprietários, assim como, cópias do RG e CPF do procurador;
- levantamento planialtimétrico, somente **em caso de proposta de doação do imóvel**;
- área total construída, se imóvel tombado;
- matrícula atualizada com a **descrição física do imóvel e Certidão Negativa de Ônus e Ações**, com prazo de validade de até 30(trinta) dias.